

Eixo Gestão



Diretriz, Objetivos e Iniciativas

A dimensão econômica da sustentabilidade reconhece que as contratações públicas movimentam parcela significativa da economia nacional e podem atuar como vetor estratégico de desenvolvimento. Ao direcionar o poder de compra do Estado para estimular setores produtivos e ampliar a capacidade tecnológica do país, o Eixo Econômico da ENCP contribui para uma agenda de neoindustrialização orientada à geração de emprego, renda e competitividade. Esse movimento reposiciona as compras governamentais como política pública per se, apta a impulsionar investimentos e induzir padrões produtivos mais sustentáveis.

A literatura e as experiências internacionais demonstram que o gasto público, quando utilizado de forma planejada e orientada por critérios econômicos, sociais e ambientais, tem potencial para reorganizar mercados, ampliar a demanda por produtos inovadores e fortalecer empresas nacionais. Ao mesmo tempo, o poder de compra estatal cria condições para que micro, pequenas e médias empresas, cooperativas e empreendimentos locais acessem novos mercados. Assim, o eixo econômico se entrelaça ao social e ao ambiental, reforçando a interdependência entre competitividade, inclusão e sustentabilidade.

Diretriz:

Fortalecer e ampliar as capacidades estatais para o uso estratégico do poder de compra do Estado.

Objetivos:

Promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento;

Este objetivo estabelece que o uso do poder de compra do Estado deve ser coordenado entre os diferentes níveis de governo e alinhado às demais políticas públicas federais, de modo que as contratações deixem de ser ações isoladas e passem a atuar de forma integrada para promover desenvolvimento econômico, social e ambiental. Trata-se de articular União, Estados e

Municípios, bem como conectar as compras governamentais a políticas industriais, ambientais, sociais e de inovação, garantindo coerência, escala e maior impacto transformador.

Incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente;

Este objetivo busca ampliar o uso dos instrumentos legais voltados à inovação (como encomendas tecnológicas, compras públicas para solução de problemas, diálogo competitivo e parcerias de desenvolvimento). A intenção é criar um ambiente mais favorável para que o Estado se conecte a startups, universidades, centros de pesquisa e empresas inovadoras, adotando soluções capazes de melhorar políticas públicas, elevar a produtividade e responder a desafios complexos de forma eficiente e criativa.

Aprimorar a eficiência das contratações públicas.

Melhoria de processos, redução de custos transacionais, diminuição de retrabalhos e elevação da qualidade da entrega contratada. Eficiência significa executar compras em conformidade com a lei, mas também com agilidade, previsibilidade e melhor relação entre custo e benefício. Isso envolve desde o aprimoramento dos estudos técnicos até a gestão dos contratos.

Promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas.

Este objetivo reconhece que as contratações públicas precisam ser orientadas por evidências. O uso estruturado de dados (preços, riscos, desempenho de fornecedores, impactos sociais e ambientais, análise de mercado e monitoramento de contratos e de instrumentos como a margem de preferência) é essencial. Ao fortalecer a governança de dados, o Estado aumenta sua capacidade analítica e reduz assimetrias de informação.

Modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica.

A transformação digital é essencial para ampliar eficiência e integridade. Este objetivo prevê modernizar plataformas, sistemas e ferramentas digitais, integrando bases de dados, simplificando fluxos e automatizando etapas repetitivas. Sistemas mais modernos favorecem compras mais rápidas, mais transparentes e mais interoperáveis entre órgãos, fortalecendo também a fiscalização e o controle.

Estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos

Capacitação é um eixo estruturante da ENCP. Este objetivo propõe criar ações de formação em contratações públicas (para servidores e fornecedores) que assegure atualização permanente, alinhamento às melhores práticas e desenvolvimento de competências técnicas e gerenciais. A formação amplia a capacidade de adoção, pelos órgãos e entidades, de compras mais sustentáveis, inovadoras e estratégicas.

Ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas.

Este objetivo reforça a importância de uma relação mais transparente e estruturada entre governo e fornecedores. Diálogos prévios, consultas abertas, painéis setoriais e mecanismos de escuta ativa permitem ao Estado e ao mercado uma melhor conexão.

Conheça as iniciativas relacionadas a cada objetivo específico:

Objetivo G1: Promover a articulação dos entes federativos e entre políticas públicas federais para tornar o uso do poder de compra da administração pública instrumento integrado de desenvolvimento

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
---------------	-----------	--------------------	------------

G1.1	Criar mecanismo de governança no tema de contratações públicas para gerar alinhamento de atuação com relação ao tema entre União, Estados e Municípios	G1.1.1	Articular a adesão de entes federativos, ministérios, estatais e setor privado à ENCP
		G1.1.2	Regulamentar a criação de um plano de ação de contratações públicas em nível estadual e municipal
		G1.1.4	Incentivar a integração dos instrumentos de planejamento das cidades ao plano de contratações públicas em nível municipal.
		G1.1.5	Criar incentivos para entes federados que promovam mais redução de desigualdades regionais por meio de contratações públicas.
		G1.1.6	Integrar nas políticas de desenvolvimento territoriais as demandas de contratações públicas.
		G1.1.7	Criar "Área Temática de Compras" na Rede de Parcerias
		G1.2.1	Incentivar a unificação de orientações jurídicas entre AGU, PGEs, PGMs, MPs e TCs sobre contratações públicas
G1.2	Construir junto aos órgãos de controle entendimentos jurídicos comuns sobre contratações públicas	G1.2.2	Incentivar a criação de um fórum para compartilhamento de práticas e elaboração de pareceres não vinculantes entre ATRICON, MP, AGU/PGEs/PGMs e CICs.

Objetivo G2: Incentivar a contratação de soluções inovadoras, a partir do uso eficaz dos instrumentos destinados à inovação previstos na legislação vigente

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa

		G2.1.1	Criar programa de reconhecimento e premiação para práticas sustentáveis e inovadoras em compras.
		G2.1.2	Promover co-contratação interfederativa de soluções inovadoras, por meio de compras compartilhadas, adesão a atas de registro de preços e consórcios públicos para ganho de escala e aceleração da difusão tecnológica.
		G2.1.3	Criar plataforma nacional de desafios públicos para divulgar demandas, promover cooperação interfederativa e facilitar o desenvolvimento e a adoção de soluções pelo mercado e pelos órgãos públicos.
	G2.1	G2.1.4	Apoiar iniciativas que ofereçam orientações técnicas, operacionais e jurídicas sobre compras de inovação
		G2.1.5	Regulamentar mecanismos de partilha de riscos para inovação
		G2.1.6	Criar sandbox regulatório em contratações públicas, com ambientes controlados para testar modelos inovadores com salvaguardas jurídicas.
		G2.1.7	Incentivar contratações de inovação que mitiguem ou reduzam o impacto socioambiental de produtos e serviços, com foco em circularidade.
		G2.1.8	Regulamentar instrumentos para incentivar as contratações públicas de inovação
	G2.2	G2.2.1	Incentivar prototipagem e certificação de tecnologias nacionais desenvolvidas no âmbito de contratos públicos por ICTS.
		G2.2.2	Fomentar o desenvolvimento de programas de soluções de inovação para contratações públicas por parques tecnológicos e ICTs.
G2.3	Incorporar aos fundos públicos já existentes incentivos para contratações públicas de inovação	G2.3.1	

G2.4	Consolidar e Ampliar o Contrata+ como sistema de contratações públicas	G2.4.1	Evolução do Sistema do Contrata+
		G2.4.2	Maratona de Ciências Comportamentais para Contrata+
G2.5	Criar banco de boas práticas em contratações públicas, dos setores público e privado	G2.5.1	Criar seção especial para Contratações Públicas no VitrineGov com one pages / flipbooks das boas práticas e mapa de problemas e soluções

Objetivo G3: Aprimorar a eficiência das contratações públicas

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
G3.1	Aprimorar o processo de planejamento das contratações públicas	G3.1.1	Exigir planejamento antecipado para compras agregadas federais, para promover o adequado atendimento da demanda governamental e a organização da indústria.
		G3.1.2	Integrar os instrumentos de planejamento de contratações públicas (PCA, PLS) aos planos de ação da ENCP.
		G3.1.3	Integrar os instrumentos de planejamento orçamentário aos planos de ação da ENCP.
G3.2	Internalizar nas contratações públicas a gestão de riscos (climáticos, econômicos, geopolíticos, sociais, logísticos etc.)	G3.2.1	Criar estratégias para reduzir a dependência estrangeira nas contratações públicas (análise de risco estratégico)
		G3.2.2	Regulamentar a exigência de que entes federados apresentem plano de logística a partir de suas demandas de contratações
		G3.2.3	Propor regramento para contratações públicas em situações de medidas de exceção, emergência ou calamidade.

		G3.2.4	Implantar iniciativas de gestão de logística reversa e rastreabilidade de insumos, embalagens e resíduos nas entregas de contratos públicos.
		G3.2.5	Criar processo de gestão de insumos críticos ao longo da cadeia de suprimentos.
		G3.2.6	Integrar aos instrumentos de planejamento, implementação e execução de contratações públicas a análise de riscos.
		G3.2.7	Fortalecer os processos de fiscalização das regras de proteção ambiental quando aplicadas às contratações públicas.
G3.3	Revisar modelos padronizados de artefatos (ETP, edital, TR, minuta contratual etc) para que estes demonstrem alinhamento às diretrizes e aos objetivos da ENCP.	G3.3.1	Adotar nos modelos contratuais linguagem simplificada e acessível para MEs e EPPs.
G4.4	Incentivar a adoção dos sistemas de gestão de contratações públicas do governo federal		
G3.5	Assegurar a implementação das funcionalidades do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) previstas em na Lei nº14.133, de 2021.	G3.5.1	Evolução do PNCP

Objetivo G4: Promover o uso de dados e informações como subsídio à tomada de decisão sobre contratações públicas

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
G4.1	Implantar Observatório Interfederativo de Contratações para coordenar o monitoramento da ENCP e desenvolver estudos sobre contratações públicas	G4.1.1	Estabelecer, monitorar e divulgar indicadores e metas de desempenho da ENCP
		G4.1.2	Desenvolver Índice de Maturidade em Compras para órgãos e entidades

		G4.1.3	Criar no Observatório Interfederativo de Contratações, painel nacional de riscos com indicadores preditivos e alertas para gestores e órgãos de controle.
		G4.1.4	Criar comitê para governança e gestão de dados de contratações públicas.
G4.2	Criar engenharia de dados de Compras Públicas	G4.2.1	Identificar e priorizar questões de negócio que possam ser respondidas por meio de análises baseadas em dados, apoiando decisões estratégicas e operacionais.
		G4.2.2	Desenvolver infraestrutura e processos de engenharia de dados para consolidar, integrar e disponibilizar informações estratégicas ao observatório, apoiando análises e estudos.
		G4.2.3	Disponibilizar ferramentas e diretrizes para acesso seguro e controlado aos dados do observatório, conforme o perfil e a necessidade de cada tipo de usuário (parceiros, fornecedores, academia etc.).
		G4.2.4	Criar laboratório de dados abertos, promovendo desafios, hackathons e cooperação entre universidades e governo.
G4.3	Estabelecer indicadores e metas de desenvolvimento econômico, social e ambiental e de resiliência climática (mitigação e adaptação de emissões) no Plano Diretor de Logística Sustentável.	G4.3.1	Utilizar bases de dados estruturadas e modelos analíticos para informar decisões de compras sustentáveis e políticas de incentivo com evidências concretas.
		G4.3.3	Desenvolver metodologia para medir impacto socioambiental das compras públicas
		G4.3.4	Implementar o rastreamento de critérios ambientais nos contratos públicos em alinhamento com planos nacionais

		G4.3.5	Painel de acompanhamento de impacto econômico dos fornecedores nas compras públicas (emprego, renda, sobrevivência empresarial). (Sub: metodologia e periodicidade)
G4.4	Desenvolver o Modelo de Análise de Impacto Regional Socioeconômico e Ambiental – MIRA	G4.4.1	Fazer parcerias para obtenção de dados necessários ao desenvolvimento do MIRA, tais como notas fiscais, dados sobre empregados (RAIS) dos fornecedores do governo etc.
		G4.4.2	Utilizar o MIRA para realizar simulações de impacto a partir de vetores de choque de interesse
		G4.4.3	Disponibilizar o MIRA para parceiros, com documentação de uso
		G4.4.4	Elaborar estudos a partir dos resultados das simulações do MIRA
G4.5	Compilar a base nacional de notas fiscais eletrônicas prevista na Lei nº 14.133/2021	G4.5.1	Desenvolver parceria com Receita Federal do Brasil a fim de compilar a base nacional de notas fiscais eletrônicas
		G4.5.2	Criar metodologia para utilização da base nacional de notas fiscais eletrônicas para pesquisa de preço em contratações públicas
		G4.5.3	Coordenar a publicação dos dados de notas fiscais eletrônicas referentes a contratações públicas para fins de transparência ativa

Objetivo G5: Modernizar os sistemas de contratações públicas por meio da digitalização e da inovação tecnológica

G5.1	Aprimorar experiência do usuário nos sistemas de compras e contratos	G5.1.1	Criar módulo do Contratos.gov.br para contratos por desempenho, com metas, monitoramento contínuo e pagamentos vinculados a resultados.

		<p>G5.1.3 Implantar módulo nacional de gestão de riscos contratuais, com alertas automáticos, controle de prazos e geração de relatórios em tempo real.</p> <p>G5.1.4 Disponibilizar assistente virtual com inteligência artificial para apoio à elaboração, revisão e conformidade de documentos de compras.</p> <p>G5.1.5 Criar módulo de gestão de garantias contratuais, com acompanhamento automático de prazos, valores e liberações.</p> <p>G5.1.6 Disponibilizar ferramenta nacional para gestão e execução de contratos considerando indicadores dos ODS e ASG.</p> <p>G5.1.7 Adotar padrões abertos e software livre quando vantajoso, disponibilizando catálogo federal de padrões e componentes reutilizáveis.</p> <p>G5.1.8 Realizar mapeamento F5 Anti-Sludge com usuários do Contrata+</p>
G5.2	Integrar nos sistemas de gestão das contratações públicas dados de impacto econômico, ambiental e social	<p>G5.2.1 Integrar nos sistemas de gestão das contratações públicas dados de impacto econômico, ambiental e social</p> <p>G5.2.2 Disponibilizar ferramenta nacional para gestão de planos de neutralização de carbono.</p> <p>G5.2.3 Desenvolver módulo de simulação de cenários e projeção de impactos para compras sustentáveis, integrado às etapas de planejamento.</p> <p>G5.2.4 Incluir marcador de contratações que contribuam para metas da Nova Indústria Brasil - NIB no processo de acompanhamento das contratações públicas.</p>
G5.3	Ofertar ferramentas que confirmam previsibilidade sobre as compras dos governos para o setor privado	<p>G5.3.1 Aprimorar as plataformas digitais de compras públicas, ampliando os canais de interação direta entre governo e fornecedores e integrando informações sobre capacitação, habilitação e reconhecimento.</p>

		G5.3.2	Desenvolver sistema integrado de inteligência de mercado em compras públicas, com painéis digitais e relatórios periódicos sobre tendências de demanda, preços e oferta
G5.4	Harmonizar catálogos e códigos nacionais por meio de comitê técnico com TCU, CGU e IBGE, adotando nomenclatura única e integração ao PNCP.	G5.4.1	Harmonizar catálogos e códigos nacionais por meio de comitê técnico com TCU, CGU e IBGE, adotando nomenclatura única e integração ao PNCP.

Objetivo G6: Estruturar política de capacitação, qualificação e formação contínua em contratações públicas para fornecedores e servidores públicos

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
G6.1	Estruturar sistema de certificação em contratações públicas para servidores	G6.1.1	Promover a formação de servidores públicos em contratações públicas sustentáveis.
		G6.1.2	Criar programa de Cursos Técnicos com IFs e MEC para oferta regular de cursos técnicos (IFs) em contratações públicas para formar futuros agentes de contratação e fornecedores.
		G6.1.3	Estabelecer requisitos mínimos de capacitação e atualização periódica para profissionais da área conforme a função

	G6.1.4	Exigir, como parte do processo de formação obrigatória de agentes públicos, o uso de simuladores e laboratórios de compras para treinamento de funções relacionadas com contratações públicas.
	G6.1.5	Disponibilizar material com orientações técnicas e normativas padronizadas para gestores.
	G6.1.6	Criar rede nacional de instrutores certificados em contratações públicas.
	G6.1.7	Criar banco de talentos de servidores especializados em contratações públicas para subsidiar ações de capacitação, mobilidade e alocação de profissionais
	G6.1.8	Fomentar a criação de núcleos estaduais de apoio técnico itinerante para capacitação local.
	G6.1.9	Realizar capacitações conjuntas para órgãos de diferentes esferas.
	G6.1.10	Criar programa de formação no tema de propriedade intelectual aplicado às contratações públicas de inovação.
	G6.1.11	Criar capacitações sobre certificações ambientais aplicadas às contratações públicas
	G6.1.12	Orientar acerca da aplicação de critérios de qualidade nos produtos como diferencial técnico.
	G6.1.13	Promover capacitação e conscientização sobre impacto socioambiental nas compras públicas.
	G6.1.14	Instituir função gratificada específica para pregoeiros e agentes de contratação, reconhecendo a complexidade e a responsabilidade dessas atividades.
	G6.1.15	Elaborar guia de uso de evidências com padrões de análise, mitigação de vieses e tomada de decisão responsável.
	G6.1.16	Formar lideranças e alta gestão em compras públicas com foco em risco, evidências e valor público.

G6.2	Criar soluções digitais para capacitação	G6.2.1	Criar plataforma de capacitação digital contínua para agentes de contratação e fornecedores, com cursos gamificados e certificação automática.
		G6.2.2	Criar a Plataforma Nacional de Conhecimento em Compras Sustentáveis (PNCCS) - Portal único com: modelos de ETP/TR/Edital por tipo de objeto, biblioteca de especificações sustentáveis, repositório de boas práticas e soluções com código aberto.

Objetivo G7: Ampliar e fortalecer os canais e mecanismos de diálogo com o mercado, com vistas à ampliação do acesso às contratações públicas.

Cód. Macro	Macroação	Cód. Iniciativa	Iniciativa
G7.2	Criar mecanismos de diálogo com fornecedores	G7.2.1	Permitir a captação da avaliação sobre a experiência do processo de fornecimento para o governo
		G7.2.2	Instituir mecanismos de escuta ativa dos fornecedores para fortalecer a confiança entre setor público e privado promovendo melhora contínua das contratações públicas
		G7.2.3	Promover iniciativas de interação inovadora com fornecedores, incluindo hackathons, rodadas de negócios regionais e publicações de casos de sucesso em compras públicas

		G7.2.4	Promover programas de diálogo setorial entre governo, órgãos de compras e setor privado, incluindo intercâmbio de experiências
		G7.2.5	Estabelecer canal oficial de comunicação digital entre fornecedores e órgãos públicos, com registro de interações e integração aos processos licitatórios.
G7.3	Criar cadastro positivo de fornecedores	G7.3.1	Criar "atestado de desempenho de execução de contratos por parte de MEIs, MEs e EPPs", incentivando a sua contratação.
		G7.3.2	Apoiar fornecedores para obtenção de certificações e selos de qualidade e sustentabilidade.
		G7.3.3	Criar programa de avaliação e certificação voluntária de fornecedores, reconhecendo boas práticas de conformidade, capacidade de entrega e desempenho em contratações públicas.
G7.4	Aumentar o acesso de fornecedores às contratações públicas	G7.4.1	Mapear o processo de contratações públicas, visando simplificar o processo para produtores nacionais e MEs e EPPs.
		G7.4.2	Simplificar o processo de habilitação de fornecedores em contratações públicas
		G7.4.3	Simplificar a comprovação de capacidade técnica das ME e EPP.
		G7.4.4	Realizar e fomentar ações de desenvolvimento para fornecedores de grupos subrepresentados para ampliar o acesso às compras públicas
		G7.4.5	Criar painel público com ranking de fornecedores sustentáveis contratados pela administração.
		G7.4.6	Promover a busca ativa de fornecedores nacionais para contratações públicas